



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”
CAMPUS DE BAURU
FACULDADE DE CIÊNCIAS
Departamento de Educação Física



Ronaldo Fortunato Lopes Demori

**FORMAÇÃO ACADÊMICA INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERFIS
PROFISSIONAIS, OBJETIVOS E FLUXOS CURRICULARES DE UMA
INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

**Bauru
Novembro/2011**

Ronaldo Fortunato Lopes Demori

**FORMAÇÃO ACADÊMICA INICIAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERFIS
PROFISSIONAIS, OBJETIVOS E FLUXOS CURRICULARES DE UMA
INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DE
SÃO PAULO**

Monografia apresentada ao Departamento de Educação Física, pertencente à Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Bauru, como requisito parcial para conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física.

Orientadora: Prof^a. Adj^a. Dagmar Hunger

**Bauru
Novembro/2011**

Dedico este estudo a todos os profissionais de Educação Física, que se apropriam dos conhecimentos referentes à cultura corporal de movimento pelo bem da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado vida e uma boa saúde. Por ter me ajudado a atravessar mais uma das barreiras da vida e ter concluído meus estudos no curso de graduação.

Agradeço aos meus pais (Aurenice e Antonio), que me criaram e deram todo apoio necessário para que eu pudesse me tornar a pessoa que sou hoje. Sem eles, nada poderia ter realizado e a eles serei eternamente grato. Também aos meus irmãos (André, Débora e Lilian). Obrigado pelo amor e pelo carinho. Amo vocês!!!

Agradeço aos meus parentes, que mesmo distantes sempre estiveram torcendo por mim e que me proporcionaram momentos tão felizes ao lado da família.

Agradeço à minha orientadora Dagmar Hunger, pois se não fosse por ela estaria perambulando até agora a procura de um bom tema para trabalhar. E não apenas por ter sido minha orientadora, mas por ter contribuído em vários aspectos de minha formação, através de várias disciplinas ao longo destes cinco anos em Bauru.

Agradeço à minha parecerista Fernanda Rossi, pelo apoio e solidariedade. Também por de ter sido minha professora na disciplina de Estágio.

Agradeço a todos os professores que ministraram aula durante esses cinco anos do curso de Licenciatura. Sei que um pouco de cada um irá me seguir durante toda minha trajetória profissional.

Agradeço a todos os amigos que fiz em Bauru e dos quais sentirei muitas saudades quando voltar à minha cidade natal.

A todos vocês meus sinceros agradecimentos!

MUITO OBRIGADO!

“E não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação do vosso entendimento.” Romanos 12:2

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 1º, 2º, 3º e 4º semestres do curso de Bacharelado em Educação Física.....	34
Quadro 2 – 5º, 6º, 7º e 8º semestres do curso de Bacharelado em Educação Física.....	35
Quadro 3 – 1º, 2º, 3º e 4º semestres do curso de Licenciatura em Educação Física.....	36
Quadro 4 – 5º e 6º semestres do curso de Licenciatura em Educação Física.....	37

RESUMO

O presente estudo corresponde a uma monografia de natureza qualitativa, caracterizada como estudo de caso, que se utiliza do método de abordagem do tempo presente. Ao abordar a formação acadêmica inicial em Educação Física, observa-se a constância das discussões referentes ao currículo e a formatação profissional. Tendo em vista as modificações curriculares para adequação a nova legislação, e o fato de serem poucos estudos relacionados às Instituições Privadas que oferecem tais cursos, ainda que ofereçam maior quantidade de cursos quando comparadas às Instituições Públicas, objetivou-se investigar e analisar os Perfis Profissionais, Objetivos e Fluxos Curriculares contidos nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física de uma Instituição Privada de Ensino Superior do Estado de São Paulo, assim como verificar a existência de articulação e adequação ao Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional. Composto a revisão de literatura abordamos os principais fatos históricos referentes aos cursos superiores de Educação Física de nosso país, e sua trajetória até o modelo atual. Também fora apresentada a legislação dos cursos de Educação Física em vigência no Brasil e algumas conceituações acerca de Projeto Pedagógico de Curso e sua relação com outros documentos institucionais. Foram utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica e análise documental, com fonte em documentos primários da própria Instituição e outros do Governo. Constatou-se a falta de interesse de algumas Instituições Privadas de Ensino Superior em disponibilizar documentos oficiais para pesquisas deste tipo, o que é ruim uma vez que existem muito mais cursos oferecidos por elas em comparação às Instituições Públicas. Quanto ao curso de Licenciatura para formação de professores de Educação Física, constatamos falta de especificidade em relação aos conteúdos e diferenciação entre o Bacharelado, o que acaba divergindo entre o que consta das expectativas do curso para o apresentado na grade curricular. Assim sendo, torna-se necessária uma maior colaboração das Instituições Privadas de Ensino Superior para com estudos deste tipo, visando o aperfeiçoamento e a concretização daquilo que deveria ser primordial no currículo e objetivos dos cursos de Educação Física.

Palavras-chave: Formação Acadêmica; Projeto Pedagógico; Educação Física.

ABSTRACT

The present study represents a qualitative thesis, characterized as a case study, which uses the method of the present approach. In addressing the academic home in Physical Education, there is the constancy of the discussions regarding the curriculum and professional formatting. In view of the curriculum modifications to fit the new legislation, and the fact they are few studies related to private institutions that offer such courses, which offer even greater number of courses when compared to public institutions aimed to investigate and analyze the professional profiles, Curricular Goals and flows contained in the Pedagogical Projects of courses Bachelor Degree in Physical Education and a Private Institution of Higher Education of the State of São Paulo, as well as verifying the existence and adequacy of articulation to the Institutional Educational Project and the Institutional Development Plan. Compounding the literature review discussed the key historical facts relating to courses in Physical Education in our country, and its path to the current model. Also presented was the law of physical education courses in force in Brazil and some concepts about teaching course projects and their relationship to other institutional documents. Techniques were used to review and document analysis, with primary source documents of their own and other government institution. It found a lack of interest of some private institutions of higher education in official documents available for this type of research, which is bad since there are more courses offered by them compared to public institutions. As for the degree course for training teachers of Physical Education, found lack of specificity regarding the differentiation between content and the Bachelor, which ends up deviating from the expectations contained in the course to the one presented in the curriculum. Thus, it becomes a need for greater collaboration of private institutions of higher education to such studies, aiming at the improvement and implementation of what should primary goals of the curriculum and physical education courses.

Keywords: Academic Formation; Pedagogical Project; Physical Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 OBJETIVO	11
3 HISTÓRICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL	12
4 LEGISLAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.....	16
5 DEFINIÇÕES DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO.....	19
5.1 Projeto Pedagógico de Curso e sua articulação com Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e o Currículo	21
6 METODOLOGIA.....	23
6.1 Amostra	24
7 PERFIL PROFISSIONAL, OBJETIVOS E FLUXOS CURRICULARES: UM ESTUDO DE CASO	26
7.1 Perfil Profissional do egresso no curso de Bacharelado em Educação Física.....	26
7.2 Perfil Profissional do egresso no curso de Licenciatura em Educação Física.....	28
7.3 Perfil Profissional do egresso segundo o Projeto Pedagógico Institucional.....	29
7.4 Perfil Profissional segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional.....	30
8 OBJETIVOS DOS CURSOS	31
8.1 Objetivos do curso de Bacharelado em Educação Física	31
8.2 Objetivos do curso de Licenciatura em Educação Física	32
8.3 Objetivos dos cursos segundo o Projeto Pedagógico Institucional	32
8.4 Objetivos segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional	33
9 ESTRUTURA CURRICULAR.....	34
9.1 Estrutura Curricular do curso de Bacharelado em Educação Física.....	34
9.2 Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física.....	36
10 ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	38
11 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	42
ANEXO	45

1 INTRODUÇÃO

Quando observamos o universo da formação de professores e do currículo na área da Educação Física, verificamos que ocorrem discussões constantes sobre a formatação da preparação profissional numa sociedade globalizada e de mudanças frequentes como a nossa. Esta questão provoca questionamentos com relação à pertinência, atualização e necessidades emergentes do campo de trabalho, principalmente no que diz respeito ao perfil do profissional que está sendo formado (FUZII; SOUZA NETO; BENITES, 2009).

No início do século XXI, o Conselho Nacional de Educação publicou uma nova legislação, composta por Pareceres, Resoluções e Diretrizes Nacionais, com intuito de nortear a Educação Superior em nosso país. Em se tratando dos cursos de licenciatura, graduação plena em Educação Física, os mesmos deveriam adequar-se às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores de educação básica, em nível superior de ensino, expressas no Parecer CNE/CP nº. 9, de 8 de Maio de 2001 (BRASIL, 2001a); Parecer CNE/CP nº. 27, de 2 de Outubro de 2001 (BRASIL, 2001b); Parecer CNE/CP nº. 28, de 2 de Outubro de 2001 (BRASIL, 2001c); Resolução CNE/CP nº. 1, de 18 de Fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002a) e Resolução CNE/CP nº. 2, de 19 de Fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002b); bem como adequar-se ao Parecer CNE/CES nº. 58, de 18 de Fevereiro de 2004 (BRASIL, 2004a) e à Resolução CNE/CES nº. 7, de 31 de Março de 2004 (BRASIL, 2004b) que institui as diretrizes curriculares para os cursos de bacharelado em Educação Física (HUNGER; ROSSI, 2010).

Neste sentido, todas as propostas de Cursos de Graduação em Educação Física, sejam de bacharelado ou licenciatura, deverão ser implantados ou reestruturados, respondendo ou adequando-se às exigências da legislação vigente. Tais fatores despertam o interesse de muitos pesquisadores para acompanhar os acontecimentos em meio ao contexto da Formação Acadêmica em nosso país.

Tendo em vista as modificações curriculares que estão em voga, bem como a adequação dos cursos às novas diretrizes e as exigências para composição dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores de Educação Física, verificamos a importância da constante discussão em torno da avaliação e das mudanças na educação superior, conforme o raciocínio de Sobrinho (2004):

[...] Como fenômenos sociais, educação superior e avaliação sofrem mudanças e cumprem papéis dinâmicos, respondendo às demandas que lhes são feitas nas mais diversas circunstâncias históricas. Seus caminhos interconectam-se. Há uma interatuação nas transformações que ocorrem nas avaliações e na educação superior, uma não se transformando sem a transformação da outra. (SOBRINHO, 2004, p. 705)

Considerando-se esta temática, a opção por estudar a Formação Acadêmica Inicial em Educação Física, observando as informações contidas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, principalmente das Instituições Privadas de Ensino Superior, que oferecem muito mais cursos e vagas do que as Instituições Públicas, das quais existem poucas publicações pertinentes a este tema, tenta trazer contribuições que possam auxiliar na busca de novas perspectivas de formação profissional, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento da Educação Física.

2 OBJETIVO

O presente estudo tem o objetivo de analisar os Perfis Profissionais, Objetivos e Fluxos Curriculares especificados nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Educação Física, da Educação Superior, de uma Instituição de Ensino Privado do interior do Estado de São Paulo, bem como suas adequações ao respectivo Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), conforme as orientações dos instrumentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e o que consta na literatura.

3 HISTÓRICO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL

Segundo DaCosta e Valente (2005), história da Educação física no Brasil nos remete ao período da Colônia, quando os primeiros habitantes de nossas terras deram suas contribuições através da cultura corporal de movimento, seja em suas danças e jogos tradicionais, ou em seus movimentos rústicos naturais como nadar, correr para caçar ou atirar com arco e flecha. Além disso, existe a Capoeira, que teve sua origem no mato, inspirada na observação dos animais e da natureza, desenvolvida pelos escravos em terras brasileiras, porém os registros iniciais de sua prática foram queimados, assim como outros registros do período da escravidão, a mando de Rui Barbosa.

Ao falarmos especificamente da formação em Educação Física no Brasil, nos remetemos ao ano de 1834, época do Brasil Império, quando o primeiro brasileiro ingressou no chamado “Philantropinum”, com sede na Alemanha, onde eram ensinados os mestres da Ginástica e Educação Física da Época. Em 1951, o Governo Imperial incluiu a ginástica no ensino das escolas primárias, através da lei nº 630, de 17 de Setembro de 1951. A lei foi criada especialmente para o Colégio Pedro II, com sede no Rio de Janeiro (capital do Brasil na época), que era visto como padrão para as demais escolas no território nacional. Porém somente em 1876 surgiu uma medida legal, com explícita referência à formação de professores, que foi o Decreto nº 6370, introduzindo na cidade do Rio de Janeiro, em suas duas Escolas Normais, o ensino da ginástica e dos princípios gerais da Educação Física. Desta forma foi constituída uma das funções do professor de nível primário, pelo menos na forma da lei. Nesta época, o termo “ginástica” era predominante, aparecendo como Educação Física inicialmente em 1876 e sendo finalmente reconhecida como matéria regulamentada em 1916 (GHIRALDELLI JR, 1997).

Em 21 de Setembro de 1905, já no Brasil República, o deputado Jorge de Moraes, como representante do Estado do Amazonas, apresentou na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro seu projeto de lei, propondo a criação de duas escolas de Educação Física em nosso país, sendo uma militar e outra civil. No início do ano de 1906, chega a São Paulo uma missão militar contratada na França, cujo intuito era instruir e reorganizar a Força Pública do Estado de São Paulo. Os capitães franceses Delphim Balancier e Louis Lemaitre eram especialistas em Educação Física, e junto a outros membros da missão propuseram a criação de um órgão para habilitar mestres e monitores de Ginástica e Esgrima, envolvendo tanto oficiais quanto sargentos. Sua criação foi efetivada publicamente em 03 de Março de 1910,

quando o Secretário da Justiça e Segurança Pública do Estado de São Paulo, Washington Luis Pereira de Souza, enviou documentação ao Comandante Geral da Força Pública que, dentre outras atribuições, previa providências para a instalação dos equipamentos da seção. Em 1914 a seção passou a se chamar Escola de Educação Física, segundo consta nos relatórios da própria instituição policial militar. Em 11 de Janeiro de 1930, o Ministro da Guerra, Nestor Sezefredo dos Passos, baixou instruções para a reorganização do Centro Militar de Educação Física instalado na Fortaleza de São João, afim de unificar, difundir e intensificar o ensino da Educação Física no Exército, abrindo as portas do curso para integrantes das forças auxiliares, professores federais, estaduais, municipais e até mesmo civis. Até a década de 1930, a Educação Física recebia a concepção de Higienista, sendo sua prática voltada para as necessidades relacionadas à saúde e saneamento público, em prol de uma sociedade livre de doenças (DACOSTA; VALENTE, 2005).

Em 28 de Maio de 1936, o Governador do Estado de São Paulo, através de Decreto, regulamentou a Escola de Educação Física da Polícia Militar, com a finalidade de formar Instrutores e Monitores de Educação Física Geral e Desportiva; formar Mestres de Armas e Monitores de Esgrima, além de proporcionar aos médicos, conhecimentos especializados em Educação Física e formar Massagistas Desportivos. O processo iniciado em 1934 na Universidade de São Paulo (USP), segundo Fuzii, Souza Neto e Benites (2009), marca o início dos cursos superiores de Educação Física em nosso país. Em seguida, no ano de 1939, o Ministro Gustavo Capanema enviou ao Presidente Getúlio Vargas um projeto, prevendo a formação do professor e do profissional da Educação Física, visando aperfeiçoar a Educação Física em nosso país. No período entre 1930 e 1945, a concepção de Educação Física que existia era caracterizada como Militarista, não se resumindo a uma prática militar exclusiva, mas com papel fundamental de formar indivíduos obedientes e adestrados, desenvolvendo padrões de comportamento estereotipados, frutos das condutas disciplinares pertencentes ao militarismo.

Até a década de 60 o processo de profissionalização da Educação Física, principalmente nas políticas públicas, ficou limitado ao desenvolvimento das estruturas organizacionais específicas da área. Neste período, a concepção de Educação Física existente era conhecida como Pedagógica, sendo disciplina educativa, que por meio da instrução escolar, formaria alunos instruídos nas regras de convívio democrático, assim era ensinada ginástica, dança e desporto. Neste período a Educação Física começa a ser encarada como prática eminentemente educativa. No ano de 1969, através da Resolução CFE nº 69, de 2 de Dezembro de 1969 (BRASIL, 1969) e das deliberações previstas na antiga Lei de Diretrizes e

Bases, Lei nº 4024, de 20 de Dezembro de 1961 (BRASIL, 1961) foi estabelecida a proposta de um currículo mínimo, onde seriam inclusas algumas disciplinas pedagógicas, propondo um curso com uma carga horária mínima de 1800 horas-aula (FUZII; SOUZA NETO; BENITES, 2009). De 1964 até meados de 1985 a Educação Física recebeu a concepção de Competitivista, onde o intuito principal era formar grandes atletas, visando grandes competições do esporte, período onde houve grande investimento em esporte de uma maneira geral.

Em 1984 iniciou-se uma discussão em torno da atuação do profissional da Educação Física, onde através da identificação de suas necessidades pensou-se em traçar o perfil do Licenciado e criar o curso de Bacharelado em Educação Física. A consequência desse processo foi a Resolução CFE nº 03, de 16 de Junho de 1987 (BRASIL, 1987), que propunha duas formações distintas: através do Bacharelado e da Licenciatura, além de uma nova visão de currículo, mais aberto e flexível. Nesse caso o Bacharel seria o profissional cujo campo de atuação está fora da escola, podendo ser em clubes e academias, por exemplo. Já o Licenciado seria um profissional atuante na Educação Física Escolar, desde a educação infantil até o ensino médio (FUZII; SOUZA NETO; BENITES, 2009). Essa proposta curricular garantiria uma formação generalista, organizando seu conteúdo através de blocos de conhecimento, como conhecimento do ser humano e da sociedade, além dos conhecimentos técnicos e filosóficos. Isso caracterizou a mudança de um modelo tradicional-esportivo, centrado nas práticas esportivas para um modelo técnico-científico, embasado na fundamentação de um corpo de conhecimento (BETTI; BETTI, 1996). Iniciando-se em meados de 1985, a Educação Física recebe a concepção de Popular, saindo do competitivismo e indo em direção a uma idéia de sociedade democrática, partindo para princípios como ludicidade e solidariedade entre as pessoas. Teoricamente, esta concepção teve origem do Movimento Operário Popular, transmitida oralmente entre as gerações, principalmente das classes mais baixas da sociedade.

Outros acontecimentos importantes nos remetem ao ano de 1997, quando através da Resolução CNS nº 218, de 6 de Março de 1997 (BRASIL, 1997), a Educação Física obteve o reconhecimento de seu profissional em nível superior como pertencente a área da saúde. Já no ano de 1998 a Educação Física torna-se uma profissão regulamentada através da Lei Federal nº 9696, de 1 de Setembro de 1998 (BRASIL, 1998), desencadeando a criação do sistema CONFEF/CREF, no qual todos profissionais da área devem estar regularmente registrados. Torna-se obrigatório o Projeto Pedagógico para abertura de cursos superiores, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e na Deliberação CEESP nº 7, de 19 de Abril de 2000 (SÃO PAULO, 2000). Além

disso, a Educação Física tem seu status profissional garantido com sua inserção na Classificação Brasileira de Ocupações, aprovada pela Portaria Ministerial nº 397, de 9 de Outubro de 2002 (BRASIL, 2002c).

4 LEGISLAÇÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A Resolução CNE/CES nº 7, de 31 de Março de 2004 (BRASIL, 2004b) institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena, enquanto a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002a) e a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002b) estabelecem orientações específicas para os cursos de licenciatura em geral, incluindo a Educação Física, nos termos definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica.

Na Resolução CNS nº 218, de 06 de março de 1997 (BRASIL, 1997) a Educação Física é definida como uma área de conhecimento e intervenção acadêmico-profissional, sendo o movimento humano seu objeto de estudo e aplicação, focando-se nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, nas perspectivas da prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

O curso de Bacharelado em Educação Física deverá assegurar uma formação generalista, humanista e crítica, qualificadora da intervenção acadêmico-profissional, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na conduta ética (BRASIL, 2004b).

A Instituição de Ensino Superior deverá pautar o projeto pedagógico do curso de graduação em Educação Física nos princípios da autonomia institucional, articulação entre ensino, pesquisa e extensão, graduação como formação inicial, formação continuada, ética pessoal e profissional, ação crítica, investigativa e reconstrutiva do conhecimento, construção e gestão coletiva do projeto pedagógico, abordagem interdisciplinar do conhecimento, indissociabilidade teoria-prática e articulação entre conhecimentos de formação ampliada e específica (BRASIL, 2004b).

As competências de natureza político-social, ético-moral, técnico, profissional e científica deverão constituir a concepção nuclear do projeto pedagógico de formação do graduado em Educação Física. Através de sua formação, o graduado deverá estar apto a dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins; Pesquisar, conhecer, compreender, analisar,

avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas etc.; Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros: Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas para intervir de acordo com sua área de atuação; Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional, utilizando-se de recursos da tecnologia da informação e da comunicação (BRASIL, 2004b).

A formação ampliada do curso refere-se aos conhecimentos da relação homem e sociedade; biológicos; produção do conhecimento científico e tecnológico. A formação específica, ou seja, os conhecimentos identificadores da área contemplam as dimensões culturais do movimento humano; a técnico-instrumental e a didático-pedagógica (BRASIL, 2004b).

Poderão ser propostos no Projeto Pedagógico do Curso um ou mais núcleos temáticos de aprofundamento, constituindo até 20% da carga horária total, articulando as unidades de conhecimento e de experiências que o caracterizarão. Devendo ainda disponibilizar 40% da carga horária do estágio profissional curricular supervisionado no campo de intervenção acadêmico-profissional correlato (BRASIL, 2004b).

Desde o início do curso deverá haver prática como componente curricular no processo de formação acadêmica, proporcionando vivência dos alunos nos diversos contextos sociais para aplicação acadêmico-profissional. A partir da segunda metade do curso, o graduando poderá iniciar o estágio curricular nos campos de intervenção da área, sob a supervisão de um profissional experiente (BRASIL, 2004b).

As atividades complementares deverão ser incrementadas ao longo do curso, devendo a Instituição de Ensino Superior criar mecanismos e critérios de aproveitamento de conhecimentos e de experiências vivenciadas pelo aluno, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, sob a forma de monitorias, estágios extracurriculares, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, congressos, seminários e cursos (BRASIL, 2004b).

Poderá ainda ser exigida a apresentação de um trabalho de conclusão de curso, sob a orientação de um docente-pesquisador (BRASIL, 2004b).

Já os cursos de Licenciatura em Educação Física devem obedecer também ao Parecer CNE/CP nº 9, de 8 de Maio de 2001 (BRASIL, 2001a), que se aplica a todos os cursos de Licenciatura, abordando especificamente a formação de professores de cada etapa da educação básica e para cada área de conhecimento, destacando a atuação profissional e a pesquisa, assim como a articulação de ambas no contexto educacional. No mesmo sentido aparece a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002a), que constitui um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos a serem observados na organização institucional e curricular de cada estabelecimento de ensino, aplicando-se a todas as etapas e modalidades da educação básica, que em seu Art. 6º diz:

Art. 6º Na construção do projeto pedagógico dos cursos de formação dos docentes, serão consideradas:

- I - as competências referentes ao comprometimento com os valores inspiradores da sociedade democrática;
- II - as competências referentes à compreensão do papel social da escola;
- III - as competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, aos seus significados em diferentes contextos e sua articulação interdisciplinar;
- IV - as competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico;
- V - as competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica;
- VI - as competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional. (BRASIL, 2002a, p. 2)

Por fim a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de Fevereiro de 2002 (BRASIL, 2002b), que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, delibera a carga horária de, no mínimo, 2800 horas, distribuídas ao longo de, no mínimo, 3 anos letivos, obedecidos os 200 dias letivos/ano dispostos na LDB, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
 - II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
 - III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
 - IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.
- Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas. (BRASIL, 2002b, p.1)

5 DEFINIÇÕES DE PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

Podemos verificar a obrigatoriedade da formulação de um Projeto Pedagógico através da Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) e da legislação do CEESP – Conselho Estadual de Educação de São Paulo – Deliberação CEESP nº 7, de 19 de Abril de 2000 (SÃO PAULO, 2000) que dispõe sobre a autorização para funcionamento e reconhecimento de cursos e habilitações novos oferecidos por Instituições de Ensino Superior. Conforme o contido no Art. 4º da Deliberação, o Projeto Pedagógico de curso deve conter obrigatoriamente:

I - perfil do profissional a ser formado;

II - objetivos gerais e específicos do curso ou habilitação, descrição do currículo pleno oferecido, com ementário das disciplinas/atividades e bibliografias básicas que explicitem a adequação da organização pedagógica ao perfil profissional definido;

III - número de vagas iniciais e turnos de funcionamento;

IV – relação dos docentes e especificação da composição percentual de doutores, mestres, especialistas e graduados, com indicação dos conteúdos curriculares sob a responsabilidade de cada um, e respeitando os valores estabelecidos pela Deliberação CEE nº 50/2005, para as disciplinas profissionais dos cursos superiores de tecnologia e, pela Deliberação CEE nº 55/2006, para os demais cursos.

V – termo de compromisso referente à instalação do curso ou habilitação, no caso de aprovação prévia do projeto, conforme as especificações que se seguem:

a) ampliação do acervo de livros e de periódicos especializados;

b) novas edificações e instalações ou adaptação das existentes, incluindo plantas e descrição das serventias;

c) novos laboratórios e equipamentos ou ampliação dos existentes, destacando o número de computadores e formas de acesso a redes de informação.

VI - A ausência das informações ou documentos arrolados nos incisos deste artigo poderão sustar, a juízo da Câmara de Educação Superior, a tramitação do processo ou recomendar o seu arquivamento. (SÃO PAULO, 2000, p. 2)

Também é interessante observar o que Barbier (1993) diz a respeito do termo “Projeto”:

[...] o projeto é uma antecipação. A utilização do prefixo pro-, que significa antes, na terminologia da planificação e nomeadamente nas noções de pro-jecto e de programa, é neste ponto de vista significativa: o conteúdo de um projeto não tem a ver com acontecimentos ou objectos ainda não verificados; não se debruça sobre factos, mas sobre possíveis; relaciona-se com um tempo a vir, com um futuro de que constitui uma antecipação, uma visão prévia (BARBIER, citado por PADILHA, 2003, p. 42)

Para Pereira (2010), os termos Projeto Pedagógico e Projeto Político Pedagógico já trazem em si a relação do projeto com a política, no sentido de projetar, dando direção a uma idéia, a um processo pedagógico intencional alicerçado nas reflexões e ações do presente.

O Projeto Pedagógico pode ser visto como a identidade da Instituição Universitária e do Curso que representa, devendo ser construído através da colaboração e participação coletiva dos docentes, discentes e técnico-administrativos, bem como representar o contexto social local, exigindo reflexão sobre o conceito de educação, sua relação com a sociedade e com o indivíduo que se quer formar (PADILHA, 2003; PEREIRA, 2010).

Neste sentido Pereira (2010) diz o seguinte sobre a construção do Projeto Pedagógico:

[...] o PP é construído no contexto de uma realidade complexa e sua estruturação revela as características das inter-relações existentes na instituição, nos cursos e entre cursos, no sistema educacional superior e no contexto social do qual faz parte. As possibilidades e os limites do PP passam por questões do contexto externo e da natureza interna da instituição. (PEREIRA, 2010)

Para Pereira (2010) o processo de construção de um Projeto Pedagógico pode ser desenvolvido através da tentativa de responder a várias questões:

- Qual é a concepção de homem e mundo que o PP trabalha?
- Qual a concepção de sociedade?
- Qual a concepção de educação?
- Qual a concepção de universidade?
- Qual a concepção de cidadão?
- Qual a concepção de profissional?
- Qual a concepção de conhecimento?
- Qual a concepção de currículo?
- Qual é a relação teoria e prática? (PEREIRA, 2010)

Segundo o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), o Projeto Pedagógico Institucional é um instrumento político, filosófico e teórico-metodológico que norteia as práticas acadêmicas da IES, levando em

conta sua trajetória histórica, inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos.

Em sua fundamentação, o Projeto Pedagógico Institucional expressa uma visão de mundo e do papel da educação superior, ao mesmo tempo em que explicita o papel da IES e sua contribuição social nos âmbitos local, regional e nacional, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão na busca da articulação entre o real e o desejável. Trata-se de uma projeção dos valores originados da identidade da instituição, materializados no seu fazer específico, cuja natureza consiste em lidar com o conhecimento, e que deve delinear o horizonte de longo prazo, não se limitando, portanto, a um período de gestão.

Por fim o Plano de Desenvolvimento Institucional, elaborado para um período determinado, é o instrumento de planejamento e gestão que considera a identidade da IES, no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou que pretende desenvolver.

5.1 Projeto Pedagógico de Curso e sua articulação com Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e o Currículo

O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006) aborda a questão da relação entre Projeto Pedagógico de Curso, Projeto Pedagógico Institucional, Plano de Desenvolvimento Institucional e Currículo, afirmando que para se avaliar devidamente um curso é imprescindível a observância de todos esses elementos, que devem estar em sintonia dentro da instituição, correspondendo aos mesmos propósitos, dando a eles a seguinte importância:

[...] como documentos nos quais as IES explicitam seu posicionamento a respeito de sociedade, de educação e de ser humano e asseguram o cumprimento de suas políticas e ações. Os projetos, o plano e o currículo, muito mais que documentos técnico-burocráticos, consistem em instrumentos de ação política e pedagógica, cujo objetivo é promover uma formação com qualidade. (BRASIL, 2006, P. 6)

O Instrumento interpreta o currículo da seguinte maneira:

[...] como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil do egresso previsto nas Diretrizes Curriculares. Esses referenciais instituem o currículo como um conjunto de elementos que integram os processos de ensinar e de aprender num determinado tempo e contexto, garantindo a identidade do curso e o respeito à diversidade.

É um dos elementos constitutivos do PPC, tendo como orientação básica as Diretrizes Curriculares Nacionais, cujo aperfeiçoamento implica a consideração dos resultados dos processos da avaliação. Desse documento de orientação acadêmica constam, dentre outros elementos: conhecimentos e saberes considerados necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografias básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; serviços administrativos; serviços de laboratórios; e infra-estrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso. (BRASIL, 2006, p. 7)

Por fim, para avaliação do Projeto Pedagógico de Curso, O Instrumento de Avaliação apresenta, dentre outros, os seguintes indicadores:

- 1.4.1 Coerência do currículo com os objetivos do curso
- 1.4.2 Coerência do currículo com o perfil desejado do egresso
- 1.4.3 Coerência do currículo face às diretrizes curriculares nacionais - Indicador imprescindível (BRASIL, 2006, p. 12)

6 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, uma pesquisa de cunho qualitativo, sem necessariamente desconsiderar possíveis contribuições quantitativas (ANDRÉ, 2003). Segundo Martins (2002), o estudo de caso é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa ou uma unidade social. Visa conhecer o seu “como” e os seus “porquês”, evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularística, debruçando-se sobre uma situação específica, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico.

Sob a perspectiva de Alves (1991), podemos verificar que não existem metodologias “boas” ou “más” em si, mas sim metodologias adequadas ou inadequadas para tratar um determinado problema. Neste caso objetivamos uma análise qualitativa dos dados, buscando maneiras de compreender a problemática em questão, considerando sua complexidade, focando nas interferências do contexto e de variáveis que possam auxiliar em seu entendimento, a fim de interpretar o objeto de estudo conforme a abordagem da história do tempo presente (ANDRÉ, 2003 e CHARTIER, 1996).

Com relação à abordagem da história do tempo presente, temos a explanação de Chartier (1996):

A história do tempo presente [...], propicia uma reflexão essencial sobre as modalidades e mecanismos de incorporação do social pelos indivíduos que têm uma mesma formação ou configuração social. (CHARTIER, 1996 p. 217)

Também foi realizada pesquisa bibliográfica de temas pertinentes ao assunto, caracterizando fontes secundárias que proporcionaram subsídios para uma fundamentada discussão do problema.

Foi utilizada a técnica de análise documental, que segundo Lüdke e André (1986):

[...] pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema. (LÜDKE e ANDRÉ, 1986, p. 38)

Então podemos considerar como documento todo tipo de material escrito que possa ser utilizado como fonte de informação, o que inclui leis, regulamentos, normas, pareceres,

cartas, memorandos, arquivos entre outros, constituindo uma fonte rica e estável, onde a análise de conteúdo possibilita a investigação em caráter simbólico (LÜDKE; ANDRÉ, 1986).

Através do entendimento de Rampazzo (1998), a análise documental deve ser baseada em dados primários, contidos em documentos de fonte primária, que no caso deste estudo foram os documentos oficiais publicados pelo governo; leis, resoluções, pareceres, portarias, decretos e deliberações; além daqueles cedidos pela própria Instituição de Ensino Superior.

Após ser escrito, o documento torna-se uma forma da memória coletiva, apresentando duas funções. A primeira seria o armazenamento de informações, proporcionando ao homem um processo de memorização, marcação e registro. A segunda mostra que, uma vez que o documento compõe uma forma de registro, permite assim, que o homem reexamine, reordene e retifique seu conteúdo. Então, conforme Le Goff (1996):

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder [...] e ainda, [...] É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante os quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 545)

O documento pode ainda ser caracterizado como monumento, de acordo com Le Goff (1996):

[...] é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos – monumentos. (LE GOFF, 1996, p. 548)

Para servir de apoio à análise documental foram seguidas as instruções contidas no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), a fim de interpretar adequadamente as informações contidas nos documentos institucionais.

6.1 Amostra

Por fim instituímos que a amostra deste estudo seria composta pelos documentos oficiais cedidos por uma Instituição Privada de Ensino Superior, situada no interior do Estado

de São Paulo. Estes documentos são: Projeto Pedagógico de Curso (PPC), Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A opção por investigar as Instituições de caráter administrativo Privado se deve à falta de estudos publicados em relação às mesmas, as quais segundo Hunger e Rossi (2010), oferecem mais cursos de Graduação em Educação Física quando comparadas com as Instituições de administração Pública em todo Estado de São Paulo.

A escolha da Instituição Privada de Ensino Superior em questão, cuja cidade sede não será revelada, a fim de preservar a identidade da mesma, se deu pelo fato de ser uma Instituição Privada de Ensino Superior do Estado, cujos respectivos Projetos Pedagógicos de Curso (dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, estando ambos em funcionamento), Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional, encontram-se disponíveis ao acesso público. Também houve um esforço entre professor orientador e orientando, mediante contato com representantes de Instituições da região de Bauru que possuem cursos superiores de Educação Física em funcionamento, para obtenção dos documentos institucionais necessários à pesquisa, porém o resultado foi bastante negativo. Em contato com diretores e coordenadores de curso de três Instituições Privadas de Ensino Superior, não houve colaboração de nenhuma delas na disponibilização de documentos para a pesquisa.

7 PERFIL PROFISSIONAL, OBJETIVOS E FLUXOS CURRICULARES: UM ESTUDO DE CASO

A Instituição de Ensino Superior investigada possui os cursos de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física, sendo que cada curso possui seu respectivo Projeto Pedagógico em vigência. O Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física foi concluído no ano de 2005 e do curso de Licenciatura em Educação Física em 2008. O perfil profissional deverá corresponder ao que é projetado no referencial teórico-metodológico expresso nos documentos formais da instituição, sendo coerente com as propostas contidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais e com as necessidades profissionais e sociais.

7.1 Perfil Profissional do egresso no curso de Bacharelado em Educação Física

Com relação ao perfil profissional do egresso no curso de Bacharelado em Educação Física, contido no respectivo Projeto Pedagógico, verificamos que conforme os valores fundamentais da instituição é prevista uma formação cristã, humanista, generalista, crítica e reflexiva. A formação também visa o pleno exercício da cidadania em benefício do bem comum, estando o profissional capacitado para atuar em níveis de educação, atenção à saúde e desporto, embasados no rigor científico e intelectual. O profissional deverá possuir visão ampla e global, respeitando os princípios éticos, bioéticos e culturais do indivíduo e da coletividade, sendo capaz de ter como objeto de estudo o ensino-aprendizagem e o movimento humano em todas as suas formas de expressão e potencialidades. Ter predisposição para envolver-se em programas de aprimoramento técnico, científico e cultural, integrando-se em programas de educação, promoção, manutenção e recuperação da saúde e do desporto, sensibilizados e comprometidos com o ser humano, respeitando-o e valorizando-o. Dominar técnicas e táticas esportivas e recreativas. Por fim, deverá ter competência para conduzir pessoas, sejam elas crianças, jovens, adultos, idosos ou alunos especiais a um caminho de desenvolvimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

Observamos também que para composição do perfil profissional é apresentada uma série de competências e habilidades, cujas de caráter geral são descritas da seguinte maneira:

- **Educação e Saúde. Atividades Esportivas e Recreativas:** Onde cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma contínua e integrada, com as

demais instâncias do sistema de educação e saúde, esportes e recreação, sendo capaz de pensar criticamente, analisar problemas da sociedade e propor soluções para os mesmos.

- **Comunicação:** Os profissionais da Educação Física devem ser acessíveis. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal, habilidades de leitura e escrita e habilidades motoras, que promovem a comunicação através do corpo.
- **Administração e Gerenciamento:** Os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força do trabalho como dos recursos físicos, materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de educação e saúde.
- **Educação Permanente:** Os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais da Educação Física devem aprender a ter responsabilidade e compromisso com a sua educação.
- **Pesquisa:** Os profissionais devem valorizar e estimular a prática investigativa e a criatividade, na busca do aprofundamento no campo de estudos da Educação Física.

Na seqüência são apresentadas competências e habilidades descritas no Projeto Pedagógico como de caráter específico. Elas são apresentadas da seguinte maneira:

- Respeitar os valores de responsabilidade social, cidadania, honestidade, justiça e ética profissional.
- Promover a alegria da vida, através do exercício do profissionalismo competente, atingindo o desenvolvimento das potencialidades e criando um ambiente agradável de promoção e desenvolvimento das pessoas.
- Promover, pelo exercício do profissionalismo competente, o sentido da vida pela vivência cristã enquanto espiritualidade e religião da pessoa ao transcendente.
- Exercer sua profissão relacionando as funções orgânico-biológicas com as habilidades motoras.
- Atuar conhecendo os efeitos das atividades físicas sobre o organismo, respeitando a individualidade, o desenvolvimento e a maturação biopsicossocial de cada um.
- Desempenhar atividade de planejamento, organização e gestão de serviços, além de assessorar e prestar serviços no âmbito de sua competência profissional.
- Exercer sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como forma de participação e contribuição social.

- Valorizar as práticas esportivas, recreação, danças e jogos, que representam a tradição e pluralidade do patrimônio cultural do país e de suas regiões.
- Desenvolver o respeito pela sua corporeidade e das outras pessoas através da percepção e entendimento do papel das atividades físicas na promoção da saúde.
- Valorizar os fundamentos teóricos para a compreensão do desenvolvimento de atividades motoras.
- Desenvolver ações teóricas e práticas que proporcionem à população alvo de sua atuação, a possibilidade de uma participação ativa e voluntária em atividades físicas e esportivas.
- Atuar considerando a Educação Física como direito fundamental dos brasileiros.

Desta maneira, evidenciamos que o perfil está de acordo com o modelo proposto na literatura, expressando de maneira sucinta, as características, competências e habilidades necessárias ao Bacharel em Educação Física.

7.2 Perfil Profissional do egresso no curso de Licenciatura em Educação Física

Ao observarmos o perfil profissional para o egresso no curso de Licenciatura em Educação Física, verificamos mais uma vez que é priorizada a formação cristã, humanista, generalista, crítica e reflexiva, visando ao exercício da cidadania e do bem comum. No Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura, vemos que é incluído, aos níveis de educação, dos quais o profissional deve estar capacitado a atuar, o termo escolar, sem qualquer outra especificação ou diferenciação entre ambos. O profissional deverá ter atenção à saúde e ao desporto, com base no rigor científico e intelectual. Por fim prevê que o professor deverá dominar técnicas e táticas esportivo-recreativas, além da pedagogia do movimento.

É possível notar que foi utilizada a mesma estrutura como base para a elaboração tanto do projeto do curso de Licenciatura quanto do projeto do curso de Bacharelado, sendo que, fora as poucas diferenças mostradas acima, o restante do texto é basicamente o mesmo.

Com relação às habilidades e competências, tanto de caráter geral quanto específico, observamos praticamente as mesmas que foram encontradas no projeto do curso de Bacharelado, com poucas diferenças, sendo que a mais freqüente é a substituição de termos como saúde e atividades esportivas pelos termos educação ou escolar.

Desta forma, vemos que o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura não possui referencial teórico suficiente para formação do perfil esperado de um professor da educação

básica, uma vez que o mesmo não depende exclusivamente dos conhecimentos ligados à Educação Física para sua prática profissional. Além dos conhecimentos de cultura geral e profissional, o licenciado deverá ter conhecimentos referentes às crianças, adolescentes, jovens e adultos, inclusas as especificidades dos alunos com necessidades especiais e de comunidades indígenas. Também deverá ter conhecimentos referentes à dimensão cultural, social, política e econômica da educação básica nacional, conhecimento pedagógico e advindo de experiência (BRASIL, 2002a).

7.3 Perfil Profissional do egresso segundo o Projeto Pedagógico Institucional

Ao observarmos o perfil profissional dos egressos da instituição, contido no Projeto Pedagógico Institucional, verificamos que os mesmos devem estar voltados para exercer atitudes críticas permanentes em relação ao seu trabalho, bem como colaborar com a comunidade em geral e na solução de problemas afins. Deverão, ainda, atentar para os problemas relacionados com a sua profissão e entidades de classe, no sentido de valorizar-se, divulgar-se e situar-se no contexto dos demais profissionais. Desta forma, estará buscando promover a formação integral do homem, realizando a síntese entre a ciência e a fé. A instituição mostra forte ligação com o Evangelho, tendo em vista que sua mantenedora é centrada em missões cristãs.

O egresso também deverá apresentar as seguintes competências, habilidades e valores:

- Capacidade de reflexão sobre os fundamentos teóricos metodológicos da sua profissão, bem como em relação ao contexto;
- Permanente atualização e aprofundamento na sua área de formação, tanto no que se refere às produções teóricas relacionadas à profissão como as condições concretas em que esta se insere;
- Capacidade investigativa, possibilitando a produção do conhecimento e o fortalecimento da autonomia profissional;
- Compromisso com o processo de humanização-cristã da sociedade;
- Capacidade de relacionar sua formação com as diversas dimensões do contexto social, cultural, religioso, científico e tecnológico;
- Capacidade de articular teoria e prática;
- Capacidade de expressar de diferentes formas o seu pensamento e de respeitar a expressão dos diferentes grupos sócio-culturais;

- Capacidade de desenvolver trabalho individual e/ou coletivo;
- Capacidade de refletir criticamente;
- Ação e reflexão profissional baseados na ética e no compromisso com a cidadania.

Para tanto, a Instituição de Ensino, através de seus cursos de graduação propõe:

- Ensino de qualidade, evidenciado na aprendizagem e na produção intelectual dos seus alunos e alunas;
- Corpo docente qualificado com formação permanente;
- Espaços de diálogo, entre alunos, alunas, professores e dirigentes, sobre o curso escolhido, bem como sobre o processo ensino e aprendizagem e produção intelectual desenvolvido no referido curso, propiciando a necessária aprendizagem e vivência democrática;
- Articulação com a comunidade externa, principalmente por meio do estágio supervisionado, trabalhos de iniciação científica, extensão universitária, ou seja, atividades acadêmicas que possibilitem aos estudantes o permanente contato com as diferentes dimensões da sociedade, bem como com o mundo do trabalho;
- Disponibilidade de acervo bibliográfico que possibilite ao estudante o permanente aprofundamento, abrangência e atualização da sua área de formação.

Portanto, fica claro o papel do egresso em nível de graduação quanto às expectativas políticas e sociais da instituição, abrangendo as diversas áreas de formação de seus alunos.

7.4 Perfil Profissional segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional

Com relação ao perfil profissional dos egressos contido no Plano de Desenvolvimento Institucional, verificamos que, independentemente da formação específica dos cursos e, baseado na Missão Institucional, a Instituição de Ensino pretende que o egresso exerça seus talentos de forma mais ampla, tendo em vista a alegria, o compromisso social, a educação continuada, a fraternidade como expressão da satisfação de ser pessoa, a luta por melhorias sociais e o compromisso político, atuando e comportando-se eticamente em seus respectivos mercados de trabalho.

8 OBJETIVOS DOS CURSOS

Os objetivos dos cursos deverão ser coerentes com o perfil do egresso e com as políticas constantes nos documentos oficiais da instituição. Tal coerência é verificada em todas as competências e habilidades estabelecidas no perfil do egresso, atendendo às exigências da formação de competências intelectuais e humanas.

8.1 Objetivos do curso de Bacharelado em Educação Física

Ao observarmos o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física, verificamos que o mesmo apresenta o objetivo de proporcionar condições para o profissional de Educação Física exercer sua função, aprimorando suas competências e habilidades para desenvolver a contento seu trabalho, seja ele com crianças, jovens, adolescentes, adultos, idosos ou pessoas portadoras de necessidades especiais, em circunstância de:

- Desenvolvimento de habilidades de qualidades físicas básicas;
- Aprimoramento e aperfeiçoamento de técnicas esportivas;
- Desenvolvimento e acompanhamento de atividades que promovam a manutenção da saúde.

Proporcionar condições para o desempenho das funções de educador visando à formação integral do ser humano.

Favorecer, através das aulas teóricas e práticas, a construção de conhecimento científico adequado para o aluno atuar com competência nas áreas de educação, saúde, desporto e recreação.

Oferecer ao aluno da graduação, oportunidade de atuar com competência nos seguintes segmentos: Entidades Assistenciais, Clínicas de Educação Física, Academias, Entidades Esportivas e Recreativas proporcionando-lhes condições para escolher, elaborar e efetuar adequadamente as atividades pertinentes a cada área. Por fim, oferecer ao aluno condições de efetuar atividades com caráter interdisciplinar.

8.2 Objetivos do curso de Licenciatura em Educação Física

Ao observarmos o Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física, verificamos que é apresentado o mesmo texto, exceto no momento em que são citados os segmentos onde o aluno de graduação deverá atuar. Desta forma o graduado deverá ter a oportunidade de atuar com competência em: Escolas (públicas ou privadas), Entidades Assistenciais e Recreativas, proporcionando-lhes condições para escolher, elaborar e efetuar adequadamente as atividades pertinentes a cada área, tanto na cultura quanto no lazer.

8.3 Objetivos dos cursos segundo o Projeto Pedagógico Institucional

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional, os cursos de graduação têm o objetivo de promover a formação integral do homem, com valores éticos e cristãos, preparar profissionais qualificados, comprometidos com o social e a promoção humana, buscando a síntese entre ciência, cultura e fé, à luz do Evangelho, da doutrina da Igreja Católica e da pedagogia de Dom Bosco.

A fim de se criar as melhores condições e alcançar os objetivos propostos, os cursos da Instituição de Ensino direcionam suas atividades observando as seguintes diretrizes:

- a) Clareza sobre a natureza particular da instituição e respeito rigoroso às competências e papéis, pessoais e/ou colegiais, sem, contudo deixar-se prender pela burocracia e pelos procedimentos;
- b) Estímulo paciente à participação em todos os níveis como chave das responsabilidades individuais e coletivas;
- c) Consideração pelo Projeto Institucional como verdadeira carta magna para toda a comunidade acadêmica;
- d) Sistemática e disciplina no desenvolvimento do Projeto e dos planos;
- e) Avaliação rigorosa e constante das realizações;
- f) Convicção na busca de sinergia entre todos os setores do Centro Universitário com as demais unidades, com outras universidades e entidades sociais;
- g) Transparência e comunicação no desenvolvimento da gestão dos cursos.

Enfim, mediante a investigação e o ensino, os acadêmicos são formados nas várias disciplinas de maneira a tornarem-se verdadeiramente competentes no setor específico em que

se dedicarão para servir a sociedade e, ao mesmo tempo, sejam também preparados para testemunhar sua fé perante o mundo.

8.4 Objetivos segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional

Ao observarmos o contido no Plano de Desenvolvimento Institucional, verificamos os objetivos institucionais em forma de Missão. A Instituição, fundada em princípios éticos e cristãos, em consonância com suas funções de ensino, pesquisa e extensão, e inspirada nos princípios e fins da educação nacional, tem por missão contribuir na formação ética e cristã de cidadãos através da produção e difusão de conhecimento e da cultura. Esta missão se expressa na seguinte afirmação: Formar bons cristãos, honestos cidadãos e profissionais competentes.

Para a concretização de sua missão, tem por objetivos e finalidades:

- Oferecer uma educação que propicie ao homem uma visão completa do ser humano, socialmente situado, não só no mundo, mas em sua relação com Deus;
- Promover o compromisso com a ética;
- Formar e aperfeiçoar profissionais qualificados, conscientes e habilitados para o pleno desempenho de suas funções nas diversas áreas de conhecimento, habilitando-os para a inserção e participação no desenvolvimento da sociedade;
- Promover pesquisas e atividades de extensão que produzam e difundam conhecimentos em função das necessidades da maioria da população;
- Fortalecer a pesquisa e a pós-graduação para que seus recursos humanos desenvolvam o princípio da competência e da atualização científica;
- Promover o intercâmbio didático-científico e cultural com instituições e organismos da sociedade quer sejam nacionais ou estrangeiros, para troca de experiências e realização de trabalhos conjuntos;
- Possibilitar, nas suas atividades, o sentido de unidade para consecução de seus objetivos;
- Cultivar os valores humanos e a ética cristã afirmando a supremacia da pessoa sobre as coisas, do espírito sobre a matéria, da ética sobre a técnica, de modo que a ciência e a técnica estejam a serviço da pessoa humana.

9 ESTRUTURA CURRICULAR

Com relação à Estrutura Curricular apresentada nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Educação Física, verificamos que são apresentadas tabelas que elencam as disciplinas e a quantidade de créditos que cada uma representa por semestre. De acordo com Hunger e Rossi (2010) tal modelo apresenta uma concepção tradicional, onde o conhecimento científico e profissional permanece fragmentado, ainda que exista relação entre as disciplinas e os eixos temáticos da legislação.

9.1 Estrutura Curricular do curso de Bacharelado em Educação Física

A Grade Curricular do curso de Bacharelado em Educação Física está constituída da seguinte maneira:

Quadro 1 – 1º, 2º, 3º e 4º semestres do curso de Bacharelado em Educação Física.

SEM.	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
1º	Anatomia Humana I	04	72
	Atividades Rítmicas I	02	36
	Atletismo I	02	36
	Biologia	02	36
	Cultura Teológica	02	36
	Futebol I	02	36
	História da Educação Física.....	02	36
	Natação I	02	36
	Voleibol I	02	36
2º	Anatomia Humana II	02	36
	Atividades Rítmicas II	02	36
	Atletismo II	02	36
	Filosofia Geral	02	36
	Futebol II	02	36
	Histologia	04	72
	Natação II	02	36
	Sociologia Geral	02	36
	Voleibol II	02	36
3º	Antropologia	02	36
	Atividades Rítmicas III	02	36
	Basquetebol I	02	36
	Bioquímica	02	36
	Cinesiologia e Biomecânica I	02	36
	Ginástica de Solo I.....	02	36
	Handebol I	02	36
	Psicologia Geral	02	36
	Psicomotricidade	02	36
Recreação e Lazer I	02	36	
4º	Basquetebol II	02	36
	Cinesiologia e Biomecânica II	02	36
	Crescimento e Desenvolvimento Humano I	02	36
	Ginástica de Solo II	02	36
	Ginástica Geral I	02	36
	Handebol II	02	36
	Nutrição Aplicada à Atividade Física I	02	36
	Organização de Competições Esportivas.....	02	36
	Psicologia do Esporte	02	36
Recreação e Lazer II	02	36	

Quadro 2 – 5º, 6º, 7º e 8º semestres do curso de Bacharelado em Educação Física.

SEM.	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
5º	Administração e Marketing Desportivo	02	36
	Cineantropometria	02	36
	Crescimento e Desenvolvimento Humano II	02	36
	Didática Geral	02	36
	Educação Física Adaptada I	02	36
	Fisiologia Humana e do Exercício I.....	02	36
	Ginástica Geral II	02	36
	Nutrição Aplicada à Atividade Física II	02	36
	Pedagogia do Movimento Humano I.....	02	36
Treinamento Desportivo I	02	36	
6º	Bioestatística.....	02	36
	Educação Física Adaptada II.....	02	36
	Fisiologia Humana e do Exercício II.....	02	36
	Ginástica Geral III.....	02	36
	Medicina Esportiva.....	02	36
	Metodologia da Pesquisa Científica.....	02	36
	Pedagogia do Movimento Humano II.....	02	36
	Prática de Estágio Supervisionado I.....	08	144
	Primeiros Socorros e Saúde Pública.....	02	36
Treinamento Desportivo II.....	02	36	
7º	Educação Física Adaptada III	02	36
	Esportes Contemporâneos	02	36
	Fisiologia Humana e do Exercício III	02	36
	Ginástica Geral IV	02	36
	Ginástica Laboral I.....	02	36
	Informática Aplicada à Educação Física	02	36
	Metodologia do Trabalho Científico I	02	36
	Monografia I	02	36
	Pedagogia do Movimento Humano III	02	36
Prática de Estágio Supervisionado II	08	144	
8º	Atividade Física para a 3ª Idade	02	36
	Educação Física Adaptada IV.....	02	36
	Ética e Deontologia	02	36
	Fisiologia Humana e do Exercício IV	02	36
	Ginástica Geral V	02	36
	Ginástica Laboral II	02	36
	Metodologia do Trabalho Científico II	02	36
	Monografia II	02	36
	Prática de Estágio Supervisionado III	08	144
Projetos Sociais	02	36	
TOTAL GERAL		160	3.312

Os conteúdos vislumbrados pelo currículo são divididos em duas grandes áreas do conhecimento, sendo a primeira de cunho Humanístico e a segunda de cunho Específico do Bacharel em Educação Física. Desta forma, a área de conhecimento Humanístico é dividida da seguinte maneira:

- Conhecimento filosófico;
- Conhecimento do ser humano;
- Conhecimento da sociedade.

Enquanto isso, a área de conhecimento Específico do Bacharel em Educação Física encontra-se dividida desta forma:

- Conhecimentos biomecânicos e biológicos da atividade física;

- Conhecimentos comportamentais da atividade física;
- Conhecimentos sociais e antropológicos da atividade física;
- Conhecimentos científicos e técnicos da atividade física;
- Conhecimento sobre a cultura das atividades físicas.

Sendo assim, as atividades referentes ao presente currículo enfatizam e catalisam as ações de ensino-aprendizagem para promover o bem estar e a saúde humana. Uma das preocupações está relacionada à atenção que deverá ser dada à saúde. Também existe o propósito de que o acadêmico compreenda que os humanos são sujeitos do processo no campo da educação e da saúde, auxiliando na criação de sua identidade profissional.

9.2 Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação Física

A Grade Curricular do curso de Licenciatura em Educação Física está constituída da seguinte maneira:

Quadro 3 – 1º, 2º, 3º e 4º semestres do curso de Licenciatura em Educação Física.

SEM.	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
1º	Anatomia Humana I	04	80
	Atividades Rítmicas I	02	40
	Biologia I.....	02	40
	Cultura Teológica	02	40
	Futebol I	02	40
	História da Educação Física.....	02	40
	Filosofia Geral	02	40
	Sociologia Geral	02	40
	Atletismo I	02	40
	Voleibol I	02	40
	Natação I	02	40
	2º	Anatomia Humana II	04
Atividades Rítmicas II		02	40
Futebol II		02	40
Biologia II		02	40
Ginástica de Solo I		02	40
Atletismo II		02	40
Natação II		02	40
Voleibol		02	40
3º	Sociologia da Educação.....	02	40
	Atividades Rítmicas III	02	40
	Basquetebol I	02	40
	Primeiros Socorros e Saúde Pública.....	02	40
	Cinesiologia e Biomecânica I	02	40
	Handebol I	02	40
	Ginástica de Solo II	02	40
	Ginástica Geral I	02	40
	Filosofia da Educação.....	02	40
Fisiologia Humana e do Exercício I	02	40	
4º	Basquetebol II	02	40
	Cinesiologia e Biomecânica II	02	40
	Crescimento e Desenvolvimento Humano.....	02	40
	Ginástica Geral II.....	02	40
	Handebol II	02	40
	Psicologia Geral.....	02	40
	Bioestatística.....	02	40
	Fisiologia Humana e do Exercício II.....	02	40
	Fundamentos Teóricos da Língua Brasileira de Sinais....	02	40
		02	40

Quadro 4 – 5º e 6º semestres do curso de Licenciatura em Educação Física.

SEM.	DISCIPLINA	CRÉDITO	CARGA HORÁRIA
5º	Educação Física Escolar I	02	40
	Metodologia da Pesquisa Científica.....	02	40
	Didática Geral	02	40
	Educação Física Adaptada I	02	40
	Recreação e Lazer I.....	02	40
	Ginástica Geral III.....	02	40
	Psicologia da Educação e Aprendizagem.....	02	40
	Pedagogia do Movimento Humano I.....	02	40
	Monografia I.....	02	40
	Atividades Complementares I	02	40
	Prática de Estágio Supervisionado I.....	18	360
6º	Educação Física Adaptada II.....	02	40
	Metodologia do Trabalho Científico.....	02	40
	Monografia II	02	40
	Organização de Competições Esportivas.....	02	40
	Didática da Educação Física.....	02	40
	Recreação e Lazer II	02	40
	Estrutura e Func. De Ensino Fundamental e Médio.....	02	40
	Educação Física Escolar II.....	02	40
	Atividades Complementares II	02	40
	Pedagogia do Movimento Humano II.....	02	40
	Prática de Estágio Supervisionado II	18	360
TOTAL GERAL		156	3.120

Os conteúdos do currículo do curso de Licenciatura em Educação Física são divididos, não em duas, mas em três grandes áreas, sendo que a primeira está idêntica à apresentada no Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado. Já a segunda; Área de Conhecimento Específico do Licenciado em Educação Física, encontra-se assim:

- Conhecimentos biomecânicos e biológicos da Educação Física;
- Conhecimentos científicos e técnicos da Educação Física;
- Conhecimentos funcionais aplicados à Educação Física.

A terceira é apresentada como Área de Conhecimentos de caráter Pedagógico, estando dividida da seguinte maneira:

- Conhecimentos comportamentais da Educação Física;
- Conhecimentos pedagógicos da Educação Física;
- Conhecimentos sobre a cultura da Educação Física;
- Conhecimentos sociais e antropológicos da Educação Física.

10 ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS, PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Conforme o referenciado na literatura, fica claro que é de extrema importância que os documentos institucionais estejam em sintonia e que completem o sentido um do outro, a fim de expor o pleno posicionamento da Instituição de Ensino, referente ao seu papel para a transformação da realidade em seu contexto social, através da prática e intervenção de seus profissionais, sem deixar de mencionar suas posições políticas, práticas de ensino, extensão universitária e produção do conhecimento científico.

Ao analisarmos as possíveis articulações existentes entre os documentos institucionais utilizados neste estudo, pudemos observar que, de uma maneira geral, a Instituição Privada de Ensino Superior em questão adota uma estrutura muito parecida para a exposição dos temas abordados, em seguida ordem de apresentação dos conteúdos pertinentes aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Educação Física e do Projeto Pedagógico Institucional. Observou-se a identificação da mantenedora da Universidade, bem como da unidade mantida, estando presentes a missão e o comprometimento com o ensino e a formação de cidadãos cristãos, dotados de senso crítico e preparados para intervenção direta sobre a sociedade, através dos conhecimentos científicos, teóricos e práticos referentes a cada área. Esta simetria fica bem aparente quando comparamos, principalmente, os Projetos Pedagógicos de curso, pois seguem a mesma seqüência e modelo de apresentação. Neste caso, em específico, observou-se também uma falta de especificidade entre os conteúdos destinados aos cursos de Bacharelado e Licenciatura, ficando a cargo, quase que totalmente da abordagem das disciplinas apresentadas na grade curricular de cada um, que também é bastante parecida nos quatro semestres iniciais de cada curso.

Além disso, é possível notar referências existentes entre tais documentos, citações e especificações, instituindo a hierarquia e interdependência entre os mesmos, contendo a devida clareza para compreensão dos temas institucionais interligados. De acordo com o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Ministério da Educação (BRASIL, 2006), seguindo o mesmo rumo e a mesma linha de pensamento, tais documentos expressam a visão de mundo e o papel da educação superior, como instrumentos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos. Desta forma, nota-se a observância dos objetivos institucionais em cada documento, pois o que se espera da formação dos egressos nos cursos de graduação é apresentado e coerente em cada um deles.

Portanto existe sim, uma visível articulação entre os documentos institucionais, bem como respeito às funções e abrangências de cada um, compondo uma hierarquia de valores e objetivos, sejam eles gerais ou específicos. Desta forma, foi possível notar em cada um deles o posicionamento institucional a respeito de sociedade, de educação e de ser humano, assegurando o cumprimento de suas políticas e ações, sendo que no caso do estudo, abrange a área dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Educação Física e as competências necessárias a boa atuação de seu Profissional.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar as informações contidas nos documentos institucionais, principalmente às relacionadas aos Projetos Pedagógicos de Curso, observamos que, atinge às expectativas expressas na literatura, as quais ditam instruções para sua elaboração e apresentação dos seus conteúdos. Entretanto foi observada uma carência com relação à elaboração do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Educação Física, pois não são observadas as propostas referentes à formação de professores para a educação básica brasileira. Assim deve haver sintonia entre sua formação, os princípios prescritos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as normas instituídas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil, para o ensino fundamental e para o ensino médio, além de estar de acordo com os parâmetros e referenciais curriculares elaborados pelo Ministério da Educação. Além disso, não existem referências bibliográficas em nenhum dos documentos, explicitando as fontes para a fundamentação e elaboração dos mesmos.

Observou-se também a existência de processos de articulação entre Projetos Pedagógicos dos Cursos, Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional, além de especificações detalhadas com relação aos processos de avaliação do desempenho dos egressos, dos cursos e da instituição.

De maneira geral, foram identificados diversos conceitos como senso crítico, ética profissional, responsabilidade para com a formação de uma sociedade mais justa, interdisciplinaridade, união entre teoria e prática para atuação profissional, autonomia e desenvolvimento interpessoal e profissional, dentre outros. Portanto, um perfil generalista do profissional de Educação Física, tanto em nível de Bacharelado quanto em nível de Licenciatura, tendo em vista a abrangência do mercado de trabalho.

O fato de se tratar de uma Instituição Privada de Ensino Superior ainda nos alerta quanto à facultatividade para o desenvolvimento de pesquisa e extensão, implicando menores custos, priorizando a formação inicial e a preparação para o mercado de trabalho. Fato este, também observado quanto período total do curso, de 4 anos para o Bacharelado e 3 para a Licenciatura, que da mesma forma como ocorre na Instituição investigada, geralmente compreendem o mínimo estipulado pela legislação para o funcionamento dos cursos.

Com relação à legislação, observamos que, pelo menos de maneira burocrática, os documentos institucionais atingem aos requisitos mínimos estipulados, uma vez que o prazo para a adequação dos cursos já expirou.

Evidenciamos a fragmentação do conhecimento científico e apresentação de estrutura curricular básica, contendo nomes das disciplinas e carga horária referente a cada semestre, dificultando a associação dos conteúdos em eixos temáticos necessários aos saberes profissionais referentes à área de Educação Física.

Segundo Barreyro (2008), de acordo com Censo da Educação Superior realizado em 2004, existiam no Brasil 2013 Instituições de Ensino Superior, sendo sua maioria composta por Instituições Privadas, quem eram 1789. De acordo com o Conselho Regional de Educação Física – 4ª Região/SP (CREF 4/SP, 2011) existem cerca de 130 Instituições Privadas de Ensino Superior ofertando cursos de Educação Física no Estado de São Paulo. Enquanto isso, apenas 5 Instituições Públicas, sendo 3 estaduais e 2 federais. Desta forma, segundo Hunger e Rossi (2010) a grande maioria dos formandos em cursos de Educação Física é proveniente das Instituições Privadas.

Portanto é preciso que haja uma mobilização e verdadeira intervenção quanto às propostas dos cursos de Educação Física, principalmente as de caráter administrativo privado, em conjunto com as Instituições Públicas federais e estaduais, a fim de aprimorar a formação acadêmica inicial em Educação Física no Estado de São Paulo e no resto do país. Mas para que isso aconteça é imprescindível que as Instituições Privadas de Ensino Superior contribuam, disponibilizando seus documentos institucionais para estudos de análise em formação acadêmica. Desta forma, através das investigações referentes à abordagem do tempo presente, poderemos nos atentar para o que de fato é necessário quando estudamos sobre questões relacionadas à formação acadêmica inicial em Educação Física.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. J. O planejamento da pesquisa qualitativa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 77, p. 53-61, 1991.

ANDRADE, M. M. DE. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. 10ª Edição. Campinas: Editora Papirus, 2003.

BARBIER, J. M.; Elaboração de Projectos de Acção e Planificação. Citado por: PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4ª Edição. São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

BARREYRO, G. B. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira, Brasília, 2008.

BETTI, I. C. R.; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional de educação física. **Motriz**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 10-15, 1996.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 4024**, de 20 de dezembro de 1961. Diário Oficial da União, Brasília, 14 dez. 1962.

_____. Ministério de Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE nº 69**, de 2 de dezembro de 1969. Documenta, Rio de Janeiro, dez. 1969.

_____. Conselho Federal de Educação. **Resolução CFE nº 3**, de 16 de junho de 1987. Diário Oficial da União, Brasília, 22 jun. 1987.

_____. Ministério da Educação. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS nº 218**, de 6 de março de 1997. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de mai. 1997.

_____. Ministério da Educação. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9696**, de 1 de setembro de 1998. Diário Oficial da União, Brasília, 2 set. 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 9**, de 8 de maio de 2001a. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 27**, de 2 de outubro de 2001b. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 28**, de 2 de outubro de 2001c. Diário Oficial da União, Brasília, 18 jan. 2002.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 18 de fevereiro de 2002a. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2**, de 19 de fevereiro de 2002b. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002b.

_____. Ministério de Estado do Trabalho e do Emprego. **Portaria Ministerial nº 397**, de 9 de outubro de 2002c. Aprova a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 10 out. 2002c.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 58**, de 18 de fevereiro de 2004a. Diário Oficial da União, Brasília, 18 mar. 2004a.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 7**, de 31 de março de 2004b. Diário Oficial da União, Brasília, 5 abr. 2004b.

_____. Ministério da Educação. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Portaria Federal nº 563**, de 21 de fevereiro de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, 22 fev. 2006.

CHARTIER, R. Pensar o tempo presente, a visão do historiador modernista. Citado por: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, p. 215-218, 1996.

DACOSTA, L. P. (Org.); VALENTE, E. F. **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Shape, p. 678-687, 2005.

CREF 4/SP; Conselho Regional de Educação Física. **Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <<http://www.crefsp.org.br/instituicoesEnsinoSuperior.asp>>. Acesso em: 15 out. 2011.

FUZII, F. T.; SOUZA NETO, S.; BENITES, L. C.; Teoria da Formação e Avaliação no currículo de Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n.1, p. 13-24, 2009.

HUNGER, D. A. C. F; ROSSI, F. Formação Acadêmica em Educação Física: perfis profissionais, objetivos e fluxos curriculares. **Motriz**, Rio Claro, v. 16, n. 1, p. 170-180, 2010.

GHIRALDELLI JR., P. **Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos da Educação Física Brasileira**. 6ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, p. 17-21, 1997.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4ª Edição. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 542-549, 1996.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora EPU, p. 38-44, 1986.

MARTINS, M. A. H.; **Metodologia da Pesquisa**. Disponível em <<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br/>>. Acesso em: 10 de set. 2011.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4ª Edição. São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 2003.

PEREIRA, E. M. A. **Subsídios para a Elaboração do Projeto Pedagógico**. Disponível em: <http://www.prg.unicamp.br/projeto_pedagogico.html>. Acesso em: 22 mai. 2010.

RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Lorena: Editora Estiliano, 1998.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Educação de São Paulo. **Deliberação CEESP nº 7**, de 14 de abril de 2000. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 26 mai. 2000.

SOBRINHO, J. D. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 88, p. 703-725, 2004.

ANEXO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO

unesp UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Faculdade de Ciências – Campus de Bauru

Bauru, 2011.

Termo de Autorização

Ilmo. Sr. Diretor,

Estamos desenvolvendo uma pesquisa para realização de Trabalho de Conclusão de Curso, do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Bauru, na área de formação profissional, que tem como título: **“FORMAÇÃO ACADÊMICA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: PERFIS PROFISSIONAIS, OBJETIVOS E FLUXOS CURRICULARES DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO”**, tendo como objetivo analisar os perfis profissionais, objetivos e fluxos curriculares contidos nos Projetos Pedagógicos dos cursos de Educação Física, no Projeto Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional. Portanto, necessito de sua autorização para utilização dos documentos institucionais mencionados acima, que se encontram disponíveis no site da instituição, para comporem a amostra da pesquisa. Informamos que a identificação da instituição não será revelada. Porém, cabe lembrar-lhe que a qualquer momento o senhor poderá retirar sua autorização e consentimento livre e esclarecido, impedindo que tais documentos, bem como o que neles estiver contido, sejam utilizados na pesquisa. Entretanto, preciso de sua autorização para apresentar os dados obtidos à banca examinadora.

Agradeço antecipadamente pela sua colaboração e contribuição.

Atenciosamente,

Ronaldo F. L. Demori

Orientando

Rua Barão de Itapetininga, 7-66

CEP: 17033-330/Bauru-SP

ronaldodemori@hotmail.com

Tel.: (14) 30190831

Dagmar Hunger

Orientadora

Av. Eng. Luiz Edmundo C. Coube, 14-01

CEP: 17033-360/Bauru-SP

dag@fc.unesp.br

Tel.: (14) 31036082

TERMO DE AUTORIZAÇÃO (DECLARAÇÃO)

Eu,..... RG:.....

Diretor da.....

Declare estar ciente dos objetivos do estudo acima referido, de Ronaldo Fortunato Lopes Demori, e Profa. Adja. Dagmar Hunger, autorizando a utilização dos documentos institucionais acima mencionados para apresentação à banca examinadora.

Cidade de....., de de

Assinatura: _____

Nome por extenso:

Ronaldo Fortunato Lopes Demori
Aluno/Orientando/Autor

Prof^ª. Adj^a. Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger
Orientadora